Docusign Envelope ID: B2FEC882-2EB9-42A7-A550-5113AE768807

CENTRAL GERADORA FOTOVOLTAICA MONTE VERDE SOLAR IV S.A.

CNPJ/ME nº 41.813.090/0001-17

Demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024

Balanços Patrimoniais *(Em milhares de reais)*

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
ATIVO			
Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	10	2.434	402
Concessionárias	11	1.909	-
Impostos a compensar	12	1.012	1.085
Cauções e depósitos	14	1.408	-
Adiantamentos a fornecedores	15	90	7
Outros créditos	15	-	206
		6.853	**1.700**
Não circulante			
Partes relacionadas	13	3.718	3.238
Imobilizado	16	215.652	185.439
		219.370	**188.677**
Total do ativo		**226.223**	**190.377**

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	17	68.474	31.199
Empréstimos e financiamentos	18	4.321	58.571
Impostos a pagar	12	202	887
Outras contas a pagar	21	609	-
		73.606	**90.657**
Não circulante			
Partes relacionadas	13	12.497	54.047
Derivativos contratados	19	-	513
Empréstimos e financiamentos	18	71.102	-
Provisões	20	152	-
		83.751	**54.560**
Total do passivo		**157.357**	**145.217**
Patrimônio Líquido	22		
Capital social		69.784	45.727
Outros resultados abrangentes		-	(432)
Reservas de lucro		(918)	(135)
Total do patrimônio líquido		**68.866**	**45.160**
Total do passivo e patrimônio líquido		**226.223**	**190.377**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de resultados *(Em milhares de reais)*

	Nota	2024	2023
Receita operacional líquida	23	12.681	-
Custo do serviço de energia elétrica			
Custo com energia elétrica	24		
Encargos com uso de rede elétrica		(2.776)	(229)
Energia elétrica comprada para revenda		(3.781)	-
		(6.557)	**(229)**
Custo de operação	24		
Serviços de terceiros e materiais		(1.121)	(61)
Outros custos de operação		(502)	(29)
Depreciações e amortizações		(3.449)	-
		(5.072)	**(90)**
Lucro bruto		**1.052**	**(319)**
Despesas operacionais	24		
Despesas gerais e administrativas		(32)	(23)
Outras despesas e receitas		(169)	-
		(201)	**(23)**
Resultado antes do resultado financeiro, participações societárias e tributos		**851**	**(342)**
Resultado financeiro	25		
Receitas financeiras		590	1.148
Despesas financeiras		(1.821)	(515)
		(1.231)	**633**
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		**(380)**	**291**
Tributos sobre o lucro			
Correntes	26	(403)	(383)
		(403)	**(383)**
Resultado líquido do exercício		**(783)**	**(92)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados abrangentes *(Em milhares de reais)*

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Resultado líquido do exercício		(783)	(92)
Derivativo contratado Hedge Accounting	19	-	(513)
Resultado abrangente do exercício		**(783)**	**(605)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido *(Em milhares de reais)*

	Nota	Capital social	Outras reservas	Prejuízo acumulado	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**5.699**	**(9.657)**	**(43)**	**(4.001)**
Aumento de capital social		40.028	-	-	40.028
Derivativo contratado Hedge Accounting	19	-	9.225	-	9.225
Resultado do exercício		-	-	(92)	(92)
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**45.727**	**(432)**	**(135)**	**45.160**
Aumento de capital social		24.057	-	-	24.057
Derivativo contratado Hedge Accounting	19	-	432	-	432
Resultado do exercício		-	-	(783)	(783)
Saldos em 31 de dezembro de 2024		**69.784**	**-**	**(918)**	**68.866**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa *(Em milhares de reais)*

	31/12/2024	31/12/2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(380)	291
Encargos de dívidas sobre empréstimos	1.585	97
Depreciações e amortizações	3.449	-
Diferenças cambiais imobilizado	(790)	
Juros provisão desmantelamento	19	-
Ajuste contrato suprimento de energia pela energia gerada	290	-
	4.173	**388**
Variações em:		
Concessionárias	(2.199)	-
Impostos a compensar	73	(1.085)
Adiantamentos a fornecedores	(82)	(6)
Outros créditos	206	(206)
Fornecedores	37.275	29.537
Impostos a pagar	(443)	502
Partes relacionadas	(479)	(3.238)
Outras contas a pagar	609	-
Caixa proveniente das atividades operacionais	**39.133**	**25.892**
Juros pagos	(646)	-
Imposto de renda e contribuição social pagos	(644)	-
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**37.843**	**25.892**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Cauções e depósitos vinculados	(1.408)	-
Derivativos contratados	(81)	81
Adições ao imobilizado	(32.741)	(178.938)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	**(34.230)**	**(178.857)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Partes relacionadas	(41.550)	54.047
Aumento de capital	24.057	40.028
Captação de empréstimos e financiamentos	74.802	58.474
Amortização do principal de empréstimos	(58.890)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	**(1.581)**	**152.549**
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	**2.032**	**(416)**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	2.434	402
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	402	819
	2.032	**(416)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas das demonstrações financeiras *(Em milhares de Reais)*

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Central Geradora Fotovoltaica Monte Verde Solar IV S.A. ("Companhia" ou "Monte Verde IV"), Sociedade Anônima de capital fechado, constituída em julho de 2021, tem como objeto social a realização de estudos, projetos, construção, instalação, implantação, operação comercial, manutenção, exploração do potencial da Central Monte Verde Solar IV e a comercialização da energia a ser gerada por esse empreendimento, bem como a prática de atos de comércio em geral, relacionados a essas atividades. A Companhia tem sede e foro na A Companhia tem sede e foro na Rua Werner Von Siemens, nº 111, codlog 44191-0, prédio nº 22, bloco A, sala 83, Lapa de Baixo, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo. A Companhia é controladora direta é a EDP Renováveis Brasil S.A. e a controladora final é a EDP - Energias de Portugal S.A. **Autorização do Parque Monte Verde Solar IV:** Em 20 de agosto de 2021 o Parque Solar foi autorizado pela ANEEL a explorar a atividade de geração de energia na modalidade de produtor independente por 35 anos, com término da autorização em 12 de dezembro de 2054. Em dezembro de 2021 a Companhia firmou contrato de venda de energia 11,13 MW médio de energia pelo período de 15 anos no Mercado Livre para um grande consumidor, por meio do projeto de geração Monte Verde Solar IV, localizado no estado de Rio Grande do Norte, região nordeste do Brasil. Conforme despacho ANEEL n° 3.023 o Parque Central Monte Verde Solar IV iniciou sua operação comercial em 22 de junho de 2024.

Empresa		Central Monte Verde Solar IV
Usinas		Central Monte Verde Solar IV
Modalidade		Produtor Independente
Outorga		Autorização
Estado		RN
Capacidade instalada (MW)		49,68
Data do início da outorga		2019
Autorização / Registro	Início	20/08/2021
	Término	18/12/2054

1.1. Capital circ ulante líquido negativo: Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresentou capital circulante líquido negativo R$(88.957), devido ao fato de o parque solar estar em fase de desenvolvimento e construção. O equacionamento do capital de giro no exercício de 2023 será alcançado da seguinte forma (i) liberação do financiamento junto aos Bancos de Desenvolvimento (ii) aporte de capital da sua controladora. (iii) início da operação comercial do Parque Solar.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS" (*IFRS® Accounting Standards*)), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e, com base nos planos da administração, entende que possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão divulgadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. A Administração da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 30 de maio de 2025. **2.2. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor exceto para os seguintes itens registrados nos balanços patrimoniais: i) instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo e ii) instrumentos financeiros não derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota explicativa nº 27 de Instrumentos Financeiros. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das suas políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e apresentam maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa nº 4.

3. MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

A moeda funcional da Companhia é o Real e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de Reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados quando somados podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados.

4. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de eventualmente causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para os próximos exercícios sociais, estão contempladas nas seguintes notas explicativas. • Imobilizado: determinação do valor recuperável do imobilizado, com base nos estudos de viabilidade do projeto (nota explicativa nº 16); • Provisão para desmantelamento: reconhecimento mensurável das provisões; principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos. (nota explicativa nº 20). • Derivativos contratados: classificação dos instrumentos derivativos financeiros (nota explicativa nº 19); • Provisões para riscos trabalhistas e cíveis: reconhecimento mensurável das provisões; principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos (nota explicativa nº 28). • Receita operacional líquida: (ajuste de receita) premissas para determinação do valor da receita conforme sua geração, com base em dados da geração efetiva (nota explicativa nº 23).

5. JULGAMENTOS CRÍTICOS NA APLICAÇÃO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão sumariadas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados salvo disposição em contrário. **a) Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados pelo custo amortizado que equivale ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço. **b) Concessionárias:** Representadas, basicamente, por contratos bilaterais de vendas de energia faturadas e não faturadas. Os valores estão contabilizados de acordo com o regime de competência. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. **c) Imobilizado:** Terrenos, edificações e máquinas e equipamentos compõem, principalmente, o parque eólico. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e pode incluir transferências do patrimônio de quaisquer ganhos/perdas de *hedge* de fluxo de caixa qualificados como referentes à compra de imobilizado em moeda estrangeira. O custo histórico também poderá incluir os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*). As licenças prévias e de instalação, obtidas na fase do planejamento e na instalação do empreendimento, são reconhecidas como custo dos parques eólicos e depreciadas pelo período de operação dos devidos parques, limitados ao prazo de autorizações e registros. Os ganhos e as perdas na alienação/baixa de um ativo imobilizado são apurados pela comparação dos recursos advindos da alienação com o valor contábil do bem e são reconhecidos pelo valor líquido, dentro de outras receitas/despesas operacionais. **d) Redução ao valor recuperável: Ativos financeiros:** São avaliados ao final de cada exercício quanto à sua recuperabilidade. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que eventualmente tenham resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento. **Ativo não financeiro:** A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido do imobilizado, para identificar se houve evidências de perdas não recuperáveis ou se ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável. Os valores recuperáveis foram determinados com base no valor em uso. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. No caso da Companhia, existe uma única UCG. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **e) Demais ativos circulantes e não circulantes:** São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço. **f) Fornecedores:** Inclui, principalmente, os saldos a pagar aos fornecedores de materiais e serviços e de encargos de uso da rede elétrica. Os valores estão contabilizados de acordo com o regime de competência. **g) Provisões para desmantelamento:** São constituídas quando existe uma obrigação legal de reposição ambiental ou contratual no final da vida útil dos ativos. Consequentemente, encontram-se constituídas provisões desta natureza nas usinas de geração de energia elétrica de base eólica para fazer face às respectivas responsabilidades relativas às despesas com a reposição dos locais e terrenos em seu estado original. Estas provisões são calculadas com base no valor atual das respectivas responsabilidades futuras e são registradas por contrapartida de um aumento do respectivo imobilizado, sendo amortizados de forma linear pelo período de vida útil médio esperado desses ativos. Numa base anual, as provisões são sujeitas a uma revisão de acordo com a estimativa das respectivas responsabilidades futuras. A atualização financeira da provisão, com referência ao final de cada exercício, é reconhecida em resultado. **h) Contingências:** São reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e que possa ser estimada de maneira confiável. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido, amparada por seus assessores legais externos. **i) Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente nas datas em que são originados. Adicionalmente, são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Subsequentemente são mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva. **j) Dividendos e juros sobre capital próprio:** De acordo com a legislação brasileira, a Companhia é requerida a distribuir como dividendo anual mínimo obrigatório 25% do lucro líquido ajustado quando previsto no Estatuto Social. Apenas o dividendo mínimo obrigatório pode ser provisionado, já o dividendo declarado ainda não aprovado só deve ser reconhecido como passivo nas demonstrações financeiras após aprovação pelo órgão competente. Desta forma, os montantes excedentes ao dividendo mínimo obrigatório, conforme rege a Lei 6.404/76, são mantidos no patrimônio líquido, em conta de reservas de lucros, em virtude de não atenderem aos critérios de obrigação presente na data das demonstrações financeiras. Os juros sobre capital próprio recebem o mesmo tratamento do dividendo e estão demonstrados na mutação do patrimônio líquido. O imposto de renda retido na fonte sobre os juros sobre capital próprio é sempre contabilizado a débito no patrimônio líquido em contrapartida ao passivo no momento de sua deliberação, mesmo que ainda não aprovado, por atenderem o critério de obrigação no momento da proposição pela Administração. **k) Demais passivos circulantes e não circulantes:** São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço. **l) Operações de arrendamento - CPC 06 (R2):** Em dezembro de 2017 foi emitido o CPC 06 (R2), em correlação à norma IFRS 16, que introduziu novas regras para as operações de arrendamento. O objetivo é garantir que os arrendatários e arrendadores forneçam informações relevantes de modo que representem fielmente essas transações. O CPC 06 (R2) requer que os arrendatários passem a reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento, incluindo os operacionais, porém foram criadas isenções opcionais para arrendamentos de curto prazo e de baixo valor. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O CPC 06 (R2), em geral, foi aplicado retrospectivamente a partir de 1º de janeiro de 2019 e substituiu o CPC 06 (R1) - Operações de Arrendamento (IAS 17) e correspondentes interpretações. Esta norma impactou o registro das operações de arrendamento operacional que a Companhia e suas controladas possuem em aberto. Nos casos em que a Companhia e suas controladas são arrendatárias, as mesmas reconheceram: (i) pelo direito de uso do objeto dos arrendamentos, um ativo; (ii) pelos pagamentos estabelecidos nos contratos, trazidos a valor presente, um passivo; (iii) despesas com depreciação dos ativos; e (iv) despesas financeiras com os juros sobre obrigações do arrendamento. Em contrapartida, a Companhia e suas controladas deixaram de registrar no resultado os gastos relativos à aluguéis e arrendamentos enquadrados no CPC 06 (R2). A Companhia e suas controladas aplicaram o CPC 06 (R2), utilizando o expediente prático C8 (b) (ii), a partir de 1º de janeiro de 2019 retrospectivamente, com efeito cumulativo, ou seja, o efeito da adoção foi reconhecido nos saldos de abertura em 1º de janeiro de 2019, sem atualização das informações comparativas. Assim sendo, a Companhia e suas controladas não adotaram o expediente prático que a isentaria de aplicar o novo pronunciamento para contratos que anteriormente estavam no alcance. CPC 06 (R1). A Companhia e suas controladas avaliaram o pronunciamento, principalmente, para os contratos de arrendamento de terrenos, veículos e máquinas e equipamentos do parque eólico, por apresentarem valores relevantes e por serem de longo prazo, para esses contratos, em que o arrendador tem direito a uma remuneração fixa, a IFRS 16 permite que seja reconhecido o passivo de arrendamento e, por consequência, o direito de uso relacionados a esses contratos. Para os demais contratos onde a remuneração variável ao arrendador com base na energia. Os efeitos desta adoção estão reconhecidos os arrendamentos de terrenos, veículos e máquinas e equipamentos, nas notas de outras contas a pagar, Imobilizado, Gastos operacionais e Resultado financeiro. **m) Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social correntes registrados no resultado são calculados conforme sistemática do lucro presumido, cujas bases de cálculo foram apuradas às alíquotas de 8% e 12%, respectivamente, aplicadas sobre o montante da receita bruta segundo a legislação vigente. Sobre a base de cálculo, para o imposto de renda, são aplicadas as alíquotas de 15%, acrescida de 10% sobre o que exceder R$ 60 trimestrais e a contribuição social corrente calculada à alíquota de 9%. As despesas com Imposto de renda e contribuição social correntes são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no Patrimônio líquido ou em Outros resultados abrangentes. Os juros e multas relacionados aos impostos de renda e a contribuição social, incluindo tratamento fiscais incertos, são contabilizados de acordo com o CPC 32/IAS 12 - Tributos sobre o Lucro e o ICPC 22 / IFRIC 23, que não causou impactos relevantes para a Companhia. **n) Capital social:** Ações ordinárias são classificadas como Capital social, sendo reconhecidos como dedução ao Patrimônio líquido quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações e opções de ações, líquido de quaisquer efeitos tributários. As ações têm direito a dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado, na forma da lei, podendo a ele ser imputado o valor dos Juros Sobre Capital Próprio - JSCP pagos ou creditados, individualmente aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio, integrando o montante dos dividendos a distribuir pela Companhia, para todos os efeitos legais e nos termos da Lei nº 9.249/95 e regulamentação posterior. **Adiantamento para futuro aumento de capital ("AFAC"):** Adiantamento para futuro aumento de capital ("AFAC") representam adiantamentos de recursos recebidos da Controladora e destinados a aporte de capital, que são concedidos em caráter irrevogável. São reconhecidos pelo valor justo e classificados como patrimônio líquido na Controlada, e no investimento da Controladora. São reconhecidos pelo valor justo e classificados como passivo não circulante quando a quantidade de ações a serem emitidas não é conhecida. Em contrapartida, os adiantamentos para futuro aumento de capital também são reconhecidos pelo valor justo na controladora, classificados como ativo não circulante. **o) Receita operacional líquida:** A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medida pela contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços. O IFRS 15 / CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho. Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o "controle" dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente. A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia gerada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso. O faturamento de suprimento de energia é efetuado mensalmente, com base nos contratos bilaterais. Eventuais diferenças provenientes da energia faturada em relação à energia despachada são reconhecidas como provisão ou adiantamento e liquidadas subsequentemente no exercício seguinte. **p) Receitas e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros auferidos em aplicações financeiras e atualização de tributos a compensar. As despesas financeiras abrangem despesas com juros, variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos e ajuste a valor presente. **q) Ativos e passivos financeiros: Classificação, reconhecimento e mensuração:** A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros na categoria de custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido e recebidos ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos ao custo amortizado são ativos financeiros mantidos pela Companhia (i) com o objetivo de recebimento de seu fluxo de caixa contratual e não para venda com realização de lucros ou prejuízos e (ii) cujos termos contratuais dão origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Os passivos financeiros são registrados pelo valor justo no seu reconhecimento inicial, e são remensurados considerando as amortizações de principal mais os juros acumulados calculados com base no método da taxa de juros efetiva. Uma tabela dos ativos e passivos financeiros pode ser encontrada na nota explicativa nº 27. **Compensação de instrumentos financeiros.** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte. **Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de *hedge:*** Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado, e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. A Companhia adota a contabilidade de hedge e para o derivativo como: • *hedge* de um risco específico associado a um ativo ou passivo reconhecido ou uma operação prevista altamente provável (*hedge* de fluxo de caixa). Os valores justos dos vários instrumentos derivativos usados para fins de *hedge* estão divulgados na nota explicativa nº 19. As movimentações nos valores de hedge classificados na conta Ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido estão demonstradas na nota explicativa nº 22. **Hedge de fluxo de caixa:** A operação com instrumentos financeiros derivativos qualificados como *hedge*, contratada pela Companhia, resume-se a "NDF", que visa exclusivamente a proteção dos fluxos de caixa da aquisição dos aerogeradores para as parcelas em moeda estrangeira. São mensuradas ao seu valor justo, com as variações registradas contra o patrimônio líquido até o seu efetivo pagamento onde é reclassificado para o custo do imobilizado. O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos qualificado com *hedge* é mensurado através da posição da operação informadas pela instituição financeira envolvida. **Ineficácia do *hedge:*** A eficácia de *hedge* é determinada no surgimento da relação de *hedge* e por meio de avaliações periódicas prospectivas de eficácia para garantir que exista uma relação econômica entre o item protegido e o instrumento de *hedge*. A relação de cobertura é eficaz, uma vez que as alterações na taxa de câmbio que podem afetar a valorização da moeda estrangeira das contribuições de capital (itens cobertos) serão compensadas pelo impacto das alterações da taxa de câmbio no MtM do instrumento de cobertura (FWDs) compensando a exposição. A eficácia do hedge pode ser mensurada com segurança, com base na forte correlação observada entre as taxas de câmbio utilizadas na contratação da operação de compra de equipamentos se comparada as taxas contratadas no derivativo.

6. RISCOS CLIMÁTICOS

Os riscos relacionados ao Clima foram caracterizados como estratégicos para o Grupo EDP - Energias do Brasil. A esse nível é avaliada a forma como as alterações climáticas afetam os negócios da Companhia e suas controladas, considerando as alterações nos padrões do clima (riscos físicos) e transição acelerada para uma economia de baixo carbono (riscos de transição climática). Esses fatores são discutidos periodicamente pela Administração da Companhia. A gestão destes riscos e oportunidades é realizada no âmbito do Plano Estratégico Climático (PEC 23-26) que direciona a atuação da Companhia através dos pilares de adaptação e gestão de riscos, mitigação e descarbonização e transição justa e cultura climática. No pilar de adaptação e gestão de riscos, o foco é o aumento da resiliência da Companhia diante das alterações climáticas, através de uma metodologia de identificação, priorização e tratamento de riscos incorporando conceitos cada vez mais alinhados com a ciência climática e com as diretrizes do TCFD (Task-force on Climate-related Financial Disclosures). Por meio de Planos de Adaptação Climática para cada uma das unidades de negócio, a Administração do Grupo EDP - Energias do Brasil planeja e executa ações para resposta às ameaças climáticas, que trazem riscos à sua operação e à sociedade. Para enfrentar as ameaças físicas nas atividades de distribuição, as controladas de distribuição estão constantemente investindo em novos ativos, novas tecnologias, manutenção preventiva, infraestruturas mais resilientes. Para o enfrentamento das ameaças de transição, o constante acompanhamento da agenda regulatória do setor, articulação setorial, constante análise e reavaliação de seus processos operacionais e inovação são estratégias adotadas para mitigação desses riscos. No pilar de mitigação descarbonização, a Companhia contempla iniciativas voltadas à transição energética para uma matriz renovável e à redução de emissões, contemplando metas, compromissos públicos e ações necessárias para o atingimento dos objetivos de redução de emissões em curto, médio e longo prazos. Por fim, no pilar de transição justa e cultura climática, aproxima-se da sociedade presente nas regiões de atuação da Companhia, através de investimentos sociais e ações de comunicação que buscam viabilizar a transição energética de uma forma justa e sem deixar ninguém para trás.

7. REFORMA TRIBUTÁRIA SOBRE CONSUMO

A Emenda Constitucional nº 132, de 20 de dezembro de 2023, promoveu significativa alteração no sistema tributário nacional brasileiro no que concerne à tributação sobre o consumo. Dentre as mudanças, destaca-se a extinção do PIS, da COFINS, ICMS, ISS e alteração quanto ao IPI, dando lugar ao IVA Dual (Contribuição Sobre Bens e Serviços "CBS" - Federal e Imposto sobre Bens e Serviços "IBS" - Estadual e Municipal), além do Imposto Seletivo - Federal. Em janeiro de 2025, foi publicada a Lei Complementar nº 214/25, que regulamenta parte da Reforma Tributária, estando em tramitação no Congresso Nacional o Projeto de Lei Complementar nº 108/24, que visa, principalmente, a regulamentação do Comitê Gestor do IBS. A transição para o novo modelo ocorrerá gradualmente entre 2026 e 2032. Durante esse período, os tributos antigos serão progressivamente substituídos pelos novos, portanto, os efeitos da Reforma Tributária sobre o consumo não são verificados nas demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024. O Grupo EDP acompanha a evolução do tema sobre Reforma Tributária desde o início e permanecerá avaliando os impactos.

8. IMPACTOS DO AMBIENTE GEOPOLÍTICO E MACROECONÔMICO

Os conflitos geopolíticos continuam provocando mudanças significativas no cenário de risco global, bem como impacto econômico generalizado tanto nas regiões diretamente afetadas quanto globalmente onde as empresas se envolvem em atividades econômicas transfronteiriças. As entidades devem considerar cuidadosamente suas exposições diretas e indiretas a conflitos geopolíticos e fornecer as divulgações necessárias de maneira que seja apropriadamente adaptada às suas circunstâncias individuais. Além disso, altas taxas de inflação, assim como altas taxas de juros podem ser uma fonte significativa de incerteza de estimativa e podem ter um impacto material no valor contábil de ativos e passivos. Para uma série de jurisdições, picos recentes na inflação e nas taxas de juros podem estar se estabilizando ou até mesmo diminuindo, o que pode exigir atualizações na divulgação decorrente de redução na volatilidade. Algumas entidades ainda podem precisar atualizar julgamentos e estimativas, bem como divulgações relacionadas, para os impactos da incerteza econômica em andamento. As entidades também podem precisar atualizar a análise de sensibilidade para refletir uma faixa razoável possível de mudanças nas taxas de juros e continuar a considerar o impacto que a inflação e as altas taxas de juros tiveram em seu desempenho e posição financeira. O aumento da inflação e das taxas de juros afetará as medições do valor justo, as estimativas de fluxo de caixa futuro esperado, as taxas de desconto usadas para determinar o valor presente dos fluxos de caixa, os indicadores de imparidade e os testes de imparidade. O aumento da inflação e das taxas de juros também pode causar incerteza significativa na estimativa em relação à medição de ativos e passivos de curta e longa duração. As entidades também podem precisar considerar novas ou expandidas divulgações nesta área.

9. NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES VIGENTES E NÃO VIGENTES

Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade o IASB e, consequentemente, o CPC emitiram novas normas e revisões às normas já existentes. Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão por estas entidades estão demonstrados a seguir:

Adoção de novas normas e interpretações vigentes:

Norma	Descrição da alteração	Correlação IASB	Natureza	Data da vigência
Revisão 23: CPC 26 (R1) e CPC 06 (R2)	Este documento estabelece alterações em Pronunciamentos Técnicos em decorrência das alterações de Classificação de Passivos como Circulante ou Não circulante; Passivos Não circulantes com Covenants e Passivo de Arrendamento em uma Transação de Venda e Retroarrendamento (*sale and leaseback*).	IAS 1/ IFRS 16	Pronun-ciamento	01/01/2024
Revisão 24: CPC 03 (R2), CPC 32 e CPC 40 (R1)	Este documento estabelece alterações em Pronunciamentos Técnicos em decorrência das alterações de Reforma Tributária Internacional - Regras Modelo do Pilar Dois e Acordos de Financiamento de Fornecedores.	IAS

Docusign Envelope ID: B2FEC882-2EB9-42A7-A550-5113AE768807

...continuação

CENTRAL GERADORA FOTOVOLTAICA MONTE VERDE SOLAR IV S.A. | CNPJ nº 41.813.090/0001-17

12. IMPOSTOS A COMPENSAR E A PAGAR

	31/12/2024	31/12/2023
Impostos a compensar		
Imposto de renda e contribuição social	860	2
IRRF sobre aplicações financeiras	11	3
ICMS	13	1.080
ISS	10	-
Outros	118	-
Total	**1.012**	**1.085**
Impostos a pagar		
ICMS	1	492
Imposto de renda e CSLL	147	51
PIS, COFINS e CSLL sobre serviços prestados por terceiros	1	61
IRRF sobre aplicações financeiras	1	22
ISS	-	137
PIS e COFINS	48	-
Outros	4	126
Total	**202**	**887**

13. TRANSAÇÃO COM PARTES RELACIONADAS

Os saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com sua controladora, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do exercício e estão apresentadas de acordo com os valores de mercado, como segue:

Objeto do contrato	Contraparte	31/12/2024	31/12/2023
Ativo			
Partes relacionadas			
Compartilhamento de atividades e alocação de gastos - Pessoal e Infraestrutura (a)	EDP Renováveis Brasil S.A	235	3.238
Liquidação de Hedge - Repasse EDPR (d)	EDP Renováveis Brasil S.A	3.252	-
Compartilhamento de atividades, custos e despesas	MV Solar III	231	-
Total Ativo		**3.718**	**3.238**
Passivo			
Fornecedores			
Compartilhamento de atividades e alocação de gastos - Pessoal e Infraestrutura (a)	EDP Renováveis Brasil S.A	(49.864)	(24.725)
Compartilhamento de Capex (b)	MV Solar II,III	(13.972)	(1.138)
Operação remota (c)	EDP Transmissão Goiás S.A	(13)	-
		(63.849)	**(25.863)**
Adiantamento para futuro aumento de capital e dividendos a pagar			
Adiantamento para futuro aumento de capital	EDP Renováveis Brasil	(12.497)	(54.047)
Total Passivo		**(72.628)**	**(76.671)**
Receita operacional bruta			
Energia comercializada no mercado de curto prazo	EDP Comercializadora	12.573	-
Total		**12.573**	**-**
Custo do serviço			
Compartilhamento de custos	EDP Renováveis Brasil	-	(36)
Energias elétrica comprada para revenda	Monte Verde IV	(229)	-
Energias elétrica comprada para revenda	Monte Verde V	(448)	
Energias elétrica comprada para revenda	JAU	(294)	
Energias elétrica comprada para revenda	EDP Comercializadora	(1.665)	
Materiais e Serviços	EDP Renováveis Brasil	(1.127)	
Materiais e Serviços	EDP Transmissão Goiás S.A	(13)	-
Total		**(3.776)**	**(36)**
Total do resultado		**8.797**	**(36)**

(a) Compartilhamento de atividades e alocação de gastos: A EDP Renováveis Brasil, controladora da Companhia, é responsável pelos Contratos de Compartilhamento de Atividades e Alocação de Gastos que contemplam as atividades das áreas corporativas, descritas no contrato de gestão de serviço, operação e manutenção, sobre esse saldo não incide juros remuneratórios. **(b) Compartilhamento de Capex:** Em 15 de outubro de 2024 as empresas Centrais Solares Monte Verde II, III, IV, V e VII celebraram contrato de consórcio com o compromisso de dividir em partes iguais as estruturas comuns de linha e bay de conexão inerentes aos parques solares, que possuem sua estrutura na Monte Verde Solar III. **(c) Contrato de monitoramento de operação do parque eólico:** A Companhia celebrou contrato com a EDP Transmissora Goiás S.A referente ao monitoramento remoto do parque eólico, relacionadas as atividades: Assuntos energéticos; Assuntos de intervenções e área administrativa técnica da operação. O valor do serviço é corrigido anualmente pelo IPCA. **(d) Liquidação da operação de hedge - repasse:** A EDP Renováveis Brasil S.A. celebrou com o Banco JP Morgan, Itaú e Santander, contratos globais de derivativos para a proteção de fluxo de caixa futuro na aquisição dos aerogeradores, a EDP Renováveis Brasil S.A. celebrou um contrato junto a suas controladas com as mesmas característica do contrato global de derivativos do JP Morgan denominado contrato repasse, as controladas a medida que forem liquidando as faturas junto aos fornecedores, que são objeto da proteção, poderão fazer a liquidação antecipada do instrumento de hedge junto a sua controladora indireta a EDP Renováveis Brasil S.A, conforme o contrato de repasse. **13.1. Relacionamento da Companhia com cada contraparte:** A controladora direta é a EDP Renováveis Brasil S.A. e a controladora final é a EDP - Energias de Portugal S.A. **Remuneração dos administradores:** A Companhia optou por não realizar pagamentos de remuneração do pessoal-chave da Administração através da Central Geradora Fotovoltaica Monte Verde Solar IV S.A. no exercício findo em 31 de dezembro de 2024. A remuneração da Administração da Companhia é paga integralmente pela Controladora EDP Renováveis Brasil S.A. A Companhia não tem nenhuma obrigação adicional de pagamento de benefícios pós-emprego, bem como não oferecem outros benefícios de longo prazo, tais como licença por tempo de serviço e outros benefícios por tempo de serviço. A Companhia também não oferece outros benefícios no desligamento de seus membros da alta administração, além daqueles definidos pela legislação trabalhista vigente no Brasil.

14. CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS

	31/12/2024
Circulante	
Cauções e depósitos vinculados	1.408
Total	**1.408**

Como garantias ao contrato celebrado entre a Companhia e a SUDENE (FNDE) Banco do Brasil S.A., foram estabelecidas a vinculação e cessão da Receita Vinculada e o penhor dos valores depositados na Conta Reserva em favor da SUDENE e do Agente Financeiro em caráter irrevogável e irretratável para o cumprimento das obrigações assumidas no contrato. Toda a arrecadação será depositada na Conta Vinculada. A Conta Reserva do Serviço da Dívida deverá manter saldo correspondente a três vezes o valor da última prestação vencida de amortização do principal e acessórios da dívida durante o período de amortização. A liberação dos depósitos vinculados está condicionada à comprovação financeira do financiamento, com a apresentação e comprovação da utilização dos fundos por parte da Companhia. A Companhia pretende concluir o processo de comprovação durante o 1º semestre de 2025 razão pela qual parte dos fundos disponíveis nas contas de Cauções e depósitos vinculados foram classificados como ativo circulante em 31 de dezembro de 2024. O saldo disponível na Conta Reserva em 31 de dezembro de 2024, no montante de R$ 1.408, foi aplicado em Certificado de Depósitos Bancários - CDB DI e operações compromissadas com remuneração média à taxa média de 96,43% do Certificado de Depósito Interbancário CDI junto ao Banco Santander, visando manter a rentabilidade dos recursos da Companhia.

15. ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES E OUTROS CRÉDITOS

	31/12/2024	31/12/2023
Circulante		
Adiantamentos a fornecedores material e serviço	90	7
Outros créditos	-	206
Total	**90**	**213**

O saldo de adiantamento a fornecedores é representado substancialmente pelos valores de prestadores de serviços de manutenção.

16. IMOBILIZADO

	Custo histórico	Depreciação acumulada	31/12/2024 Valor líquido
Máquinas e equipamentos	219.102	(3.449)	215.652
Total	**219.102**	**(3.449)**	**215.652**

	Custo histórico	Depreciação acumulada	31/12/2023 Valor líquido
Imobilizado em curso	185.439	-	185.439
Total	**185.439**	**-**	**185.439**

O saldo do imobilizado em curso refere-se, principalmente, a adiantamentos ao fornecedor para aquisição dos aerogeradores e estudos de engenharia civil para a construção do Parque solar. A movimentação do imobilizado no exercício é a seguinte:

	31/12/2023 Valor líquido	Ingressos	Depreciações	Desmantelamento	Transferências	Diferenças cambiais	31/12/2024 Valor líquido
Imobilizado em curso	185.439	32.741	-	-	(218.969)	790	-
Máquinas e equipamentos	-	-	(3.449)	132	218.969	-	215.652
Total			**(3.449)**	**132**	**-**	**790**	**215.652**

	31/12/2022 Valor líquido	Ingressos	31/12/2023 Valor líquido
Imobilizado em curso			
Imobilizado em curso	6.500	178.938	185.439
Total	**6.500**	**178.938**	**185.439**

A Companhia, através de um estudo realizado por empresa especializada, registra em seu imobilizado valor residual de R$ 6.846 esse valor refere-se as sucatas dos equipamentos quando da desmobilização do parque. A Companhia por política do Grupo EDP - Energias de Portugal, para todos os períodos apresentados realiza o teste de valor recuperável dos- seus ativos e não encontrou nenhum evento que pudesse gerar a necessidade de registro de provisão para redução do valor recuperável dos seus ativos.

17. FORNECEDORES

	31/12/2024	31/12/2023
Partes relacionadas	63.849	25.863
Terceiros	4.625	5.336
Total	**68.474**	**31.199**

O saldo dos fornecedores corresponde à aquisição de materiais, máquinas e equipamentos para construção do parque solar.

18. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

18.1. Composições do saldo de empréstimo, financiamento e encargos de dívidas

	Circulante		Não Circulante	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Encargos de dívida	-	471	(201)	-
Principal	4.321	58.100	71.303	-
Total	**4.321**	**58.571**	**71.102**	**-**

Os contratos vigentes, prazos, modalidades, custos e garantias da Companhia está apresentado a seguir:

Contrato	
Instituição financeira	Banco do Brasil
Valor contratado	58.100
Data da contratação	09/11/2023
Valor liberado	58.100
Data da 1° liberação	30/11/2023
Vigência do contrato	27/01/2024
Forma de pagamento	Cota única

18.2. Mutação dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas no exercício:

	Circulante			Não circulante		
	Principal	Juros	Total	Principal	Custos de transação	Total
Saldo inicial	**58.571**	**-**	**58.571**	**-**	**-**	**-**
Ingressos	-	-	-	74.213	(205)	74.008
Variação Cambial	794	-	794			
Amortização	-	-	-	-	3	3
Transferências	2.910	-	2.910	(2.910)	-	(2.910)
Pagamentos	(58.890)	-	(58.890)	-	-	-
Juros provisionados	1.581	(646)	935	-	-	-
Saldo final	**4.966**	**(646)**	**4.321**	**71.303**	**(202)**	**71.101**

Vencimentos do valor de principal e juros a longo prazo:

Ano de vencimento	Principal e juros
Em 2025	4.321
Em 2026	4.321
Em 2027	4.321
Em 2028	4.321
Em 2029	4.321
Entre 2030 a 2047	49.698
Total	**71.303**

18.3. Garantias contratuais: Em virtude do referido empréstimo, a Companhia cedeu os seguintes itens como garantia: ações da companhia, receita proveniente da venda de energia elétrica no ambiente regulado e os seus ativos de geração (máquinas e equipamentos). **18.4. Cláusulas restritivas (*"covenants"*):** A Companhia possui, ainda, determinadas obrigações contratuais ("*covenants*"), em virtude do empréstimo contratado junto ao BNDES, detalhadas abaixo: • Apresentar em conta caução e depósito vinculado um saldo disponível na conta de reserva de serviço de dívida no valor 25% do valor anual do contrato de manutenção e prestação de serviço de O&M; • Apresentar em conta caução e depósito vinculado um saldo disponível na conta de reserva de serviço de dívida no valor 3 (três) vezes o valor mensal do serviço da dívida incluindo principal e juros; • Manter uma geração mínima liquida de 159,84 GWh; • Manter anualmente um índice de cobertura da dívida de no mínimo, igual ou superior a 1,30. A Administração monitora essas obrigações contratuais de forma sistemática e constante, assegurando-se assim de que sejam atendidas. A Companhia atendeu a todas as obrigações restritivas (qualitativas e quantitativas) e cláusulas cujos indicadores devessem ser mensurados na data base estão atendidas em 31 de dezembro de 2024.

19. DERIVATIVOS CONTRATADOS

	31/12/2024	31/12/2023
Passivo não circulante		
Derivativos contratados hedge	-	(513)
Total	**-**	**(513)**

Durante o ano de 2022, na intenção de proteger a variação cambial na saída de caixa, a Monte Verde Solar IV através de sua controladora EDP Renováveis (" Holding") contratou uma NDF ("Instrumento") USD 11.772, cuja proporção de proteção entre as moedas está determinada no contrato entre as partes. O montante contratado é equivalente a 100% do montante que se espera que seja desembolsado para a liquidação junto ao fornecedor. Vale ressaltar que essa NDF não tem piso e tampouco um teto para a proteção, ou seja, o montante em USD deve proteger USD 11.772. A Controladora direta EDP Renováveis Brasil S.A. celebrou com os bancos: Itaú BBA, Santander e JP Morgan, contrato global de derivativos para a proteção de fluxo de caixa futuro na aquisição dos painéis fotovoltaicos. A EDP Renováveis Brasil S.A. celebrou um contrato junto a suas controladas com as mesmas característica do contrato global de derivativos do: Itaú BBA, Santander e JP Morgan denominado contrato repasse. As controladas à medida que forem liquidando as faturas junto aos fornecedores, que são objeto da proteção, poderão fazer a liquidação antecipada do instrumento de hedge junto a sua controladora direta, conforme o contrato de repasse. A Companhia utiliza a contabilidade de hedge (hedge accounting) para as diferenças entre moeda da operação no exterior e a moeda funcional da controladora (Real). Dentro da efetividade do hedge, diferenças de moedas estrangeiras resultantes da reconversão de um passivo financeiro designado como hedge de um investimento líquido em uma operação estrangeira são reconhecidas em outros resultados abrangentes, sendo acumuladas em ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido. A segregação dos valores entre as moedas, estão apresentados em milhares, são conforme segue abaixo:

Produto	Objeto de proteção	Data de Contratação	Posição	Moeda	Date	Valor em moeda estrangeira	Taxa Foward	Valor Justo
NDF	Capex	15/10/21	Comprado	USD	31/03/2023	1.504	5,41	1.179
NDF	Capex	15/10/21	Comprado	USD	31/07/2023	2.636	5,57	2.152
NDF	Capex	15/10/21	Comprado	USD	31/08/2023	1.543	5,61	1.258
NDF	Capex	15/10/21	Comprado	USD	31/10/2023	772	5,69	645
NDF	Capex	15/10/21	Comprado	USD	28/03/2024	62	5,87	55
NDF	Capex	15/10/21	Comprado	USD	28/04/2023	352	5,44	282
NDF	Capex	15/10/21	Comprado	USD	30/11/2023	1.142	5,72	966
NDF	Capex	15/10/21	Comprado	USD	29/12/2023	772	5,75	658
NDF	Capex	15/10/21	Comprado	USD	31/05/2023	352	5,48	283
NDF	Capex	15/10/21	Comprado	USD	30/06/2023	352	5,52	286
NDF	Capex	15/10/21	Comprado	USD	29/09/2023	2.285	5,65	1.893
						11.772		**9.657**

20. PROVISÃO PARA DESMANTELAMENTO

	31/12/2024
Não circulante	
Desmantelamento	152
Total	**152**

A movimentação do desmantelamento no exercício é a seguinte:

	Provisão
Saldo em 31/12/2023	**-**
Desmantelamento	132
Atualização financeira	20
Saldo em 31/12/2024	**152**

Provisões para desmantelamento são constituídas quando existe uma obrigação legal ou contratual. Consequentemente, encontram-se constituídas provisões desta natureza nas usinas de geração de energia elétrica eólica para fazer face às respectivas responsabilidades relativas a despesas com a reposição dos locais e terrenos. Estas provisões são constituídas devido à existência de um contrato de arrendamento no qual está determinado que a Companhia deverá devolver o terreno nas mesmas condições em que o encontrou no momento inicial do arrendamento. A provisão para desmantelamento do Central Geradora Fotovoltaica Monte Verde Solar IV S.A. está registrada em contrapartida ao Imobilizado (nota explicativa nº 16). O prazo previsto para realização desta provisão é o término do contrato de arrendamento do Parque Solar. As provisões são calculadas com base no valor atual das respectivas responsabilidades futuras. A Companhia revisa suas premissas para a provisão de desmantelamento periodicamente. O cálculo do valor da provisão para desmantelamento dos parques solares foi efetuado com base na estimativa desses custos por entidades externas idôneas, experientes nesse tipo de atividade, projetado até ao fim da vida útil do parque solar com atualização pelo IGP-M, e, posteriormente calculado o valor presente dessa obrigação à taxa de desconto de 16,20% a.a.

21. OUTRAS CONTAS A PAGAR

	31/12/2024 Circulante	Não circulante	Total
Credores concessionárias	609	-	609
Total	**609**	-	**609**

O saldo de R$ 609 em 31 de dezembro de 2024, na rubrica de credores - concessionárias, refere-se ao ajuste anual do contrato de suprimento de energia elétrica com a CCEE, foi alocado a conta de concessionárias (nota explicativa nº 11), atualizado pelo IGP-M.

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

22.1. Capital social: Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de dezembro de 2024, foi deliberado o aumento de capital da Companhia. Desta forma, o Capital Social em 31 de dezembro de 2024 totalmente subscrito e integralizado é de R$ 69.784 (R$ 45.727 em 31 de dezembro de 2023). O Capital Social em 31 de dezembro de 2024 é composto por 69.784.199 (45.727.310 em 31 de dezembro de 2023) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

	31/12/2043 Nº de títulos	%	31/12/2023 Nº de títulos	%
Acionistas				
EDP Renováveis Brasil S.A.	69.784.199	100%	45.727.310	100%
	69.784.199	**100%**	**45.727.310**	**100%**

A Companhia não possui capital autorizado, conforme estatuto social. **22.2. Destinação do lucro:** Conforme definido no artigo 21 do Estatuto Social da Companhia, os acionistas têm direito de receber dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido, depois de deduzida a parcela de constituição da reserva legal, na forma da Lei nº 6.404/76, artigo 202. Entretanto, em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresentou prejuízo acumulado de (R$ 918) ((R$135) em dezembro de 2023).

23. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	31/12/2024
Receita operacional bruta	
Energia comercializada no mercado de curto prazo	13.451
Ajuste financeiro (a)	(290)
Total de receita bruta	**13.161**
Deduções à receita operacional	
PIS/COFINS	(480)
Total de deduções	**(480)**
Total	**12.681**
MWh comercializado	82

(a) A rubrica de ajuste financeiro refere-se ao registro entre a diferença da energia garantida em contrato para a energia efetivamente gerada. Tivemos uma diminuição na quantidade de energia gerada pelo parque solar e o registro devedor do ajuste financeiro.

24. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

24.1. Custos operacionais

	31/12/2024	31/12/2023
Custo do serviço		
Não gerenciáveis		
Encargos de uso da rede elétrica	(2.776)	(229)
Total de custos não gerenciáveis	**(2.776)**	**(229)**
Custo do serviço		
Gerenciáveis		
Energias elétrica comprada para revenda	(3.781)	-
Total de custos gerenciáveis	**(3.781)**	**-**
Custo de operação		
Gerenciáveis		
Serviços de terceiros e materiais	(1.109)	(15)
Outras despesas	(213)	(61)
Arrendamentos	(143)	-
Depreciação e Amortização	(3.449)	-
Despesas tributárias	(26)	-
Seguros	(132)	-
Total de custos gerenciáveis	**(5.072)**	**(76)**
Total dos custos	**(11.629)**	**(305)**

24.2. Despesas operacionais

	31/12/2024	31/12/2023
Despesas operacionais		
Serviços de terceiros e materiais	(32)	(17)
Outras despesas operacionais	(169)	(20)
Total	**(201)**	**(37)**

25. RESULTADO FINANCEIRO

	31/12/2024	31/12/2023
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	55	14
Receitas com derivativos	525	-
Receita de variação cambial	-	1.133
Juros recebidos	9	-
Total	**589**	**1.147**
Despesas financeiras		
Ajuste a valor presente	(19)	-
Comissões sobre financiamentos	(220)	-
Despesas com garantias bancárias	(1)	-
Encargos de dívidas	(1.411)	-
Despesas com derivativos	(123)	(513)
Outras despesas financeiras	(46)	(2)
Total	**(1.821)**	**(515)**
Total	**(1.232)**	**632**

26. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTE

	Imposto de renda		Contribuição social	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receita operacional	13.161	-	13.161	-
Alíquota aplicada sobre receita bruta	8%	8%	12%	12%
	1.053	**-**	**1.579**	**-**
Receitas financeiras	590	1.126	590	1.126
Base de cálculo	**1.643**	**1.126**	**2.169**	**1.126**
Alíquota vigente	25%	25%	9%	9%
Expectativa de crédito (débito) de impostos de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(411)	(282)	(195)	(101)
Ajuste decorrente do adicional do IR	24	-	-	-
Ajuste lucro presumido	132	-	47	
Imposto de renda e contribuição social	**(255)**	**(282)**	**(148)**	**(101)**
Alíquota efetiva	**2,94%**	**24,78%**	**1,48%**	**9,15%**

27. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Considerações gerais: A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado através de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que as atualizações das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam feitas com a devida segregação de funções. **Classificação dos instrumentos financeiros:** As classificações dos ativos e passivos financeiros utilizadas pela Companhia para classificação, reconhecimento e mensuração estão divulgadas na nota explicativa nº 5.

	Nota	Categoria	Níveis	31/12/2024	31/12/2023
Ativos financeiros					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	10	Custo amortizado	Nível 1	2.434	402
Concessionárias	11	Custo amortizado	Nível 1	1.909	-
Cauções e depósitos vinculados	14	Custo amortizado	Nível 2	1.408	-
Adiantamentos a fornecedores	15	Custo amortizado	Nível 1	90	7
Outros créditos	15	Custo amortizado	Nível 1	-	206
Não circulante					
Partes relacionadas	13	Valor justo	Nível 2	3.718	3.239
Imobilizado	16	Custo amortizado	Nível 1	215.652	185.439
Total ativo				**225.211**	**189.293**
Passivos financeiros					
Circulante					
Fornecedores	17	Valor justo	Nível 1	68.474	31.199
Empréstimos e financiamentos	18	Custo amortizado	Nível 2	4.321	58.571
Outras contas a pagar	21	Custo amortizado	Nível 2	609	-
Não circulante					
Derivativos contratados		Valor justo ao resultado abrangente	Nível 2	-	513
Empréstimos e financiamentos	18	Custo amortizado	Nível 2	71.102	-
Partes relacionadas	13	Valor justo	Nível 1	12.497	54.047
Provisões	20	Custo amortizado	Nível 2	152	-
Total passivo				**157.155**	**144.330**

27.1. Mensuração a valor justo: A hierarquização dos instrumentos financeiros por meio do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo da Companhia. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos financeiros: (i) Nível 1 . Preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos; (ii) Nível 2 . Diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente, na seguinte nota explicativa. (iii) Nível 3. Para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas no mercado. **27.2. Risco de juros:** O risco de juros é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros. A inflação sob controle e a oferta de crédito são fatores de primeira importância na captação com baixo risco de recursos atrelados a esses indexadores. Deve-se considerar que se houver aumento da inflação e da taxa SELIC, poderemos ter um custo maior na realização dessas operações. Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da Companhia e às peculiaridades setoriais, o valor de mercado desta parcela de empréstimos aproxima-se ao seu valor contábil, assim como os demais ativos e passivos financeiros avaliados. ***Análise de sensibilidade do risco de taxa de juros:*** A Companhia realizou uma análise em seus instrumentos financeiros, com objetivo de ilustrar sua sensibilidade à mudança em variáveis de mercado, supondo: Cenário I: estabilidade das taxas de juros e os respectivos indexadores anuais apurados na data base 31 de dezembro de 2024 (CDI 10,89% a.a., IPCA 4,89% a.a.); Cenário II: redução/elevação do índice em 25% e; Cenário III: redução/elevação do índice em 50%. A projeção dos efeitos decorrentes da aplicação desses cenários no resultado financeiro da Companhia para os próximos 12 meses seria a seguinte:

Instrumentos	Indexante	Exposição	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Ativo financeiro					
Caixa e equivalentes de caixa		1.794	132	165	198
Cauções e depósitos vinculados (*)	CDI	1.408	104	130	156
Total Ativo		**3.202**	**236**	**295**	**354**
Passivo financeiro					
Empréstimos e financiamentos	IPCA + 2,3%	(75.423)	(6.008)	(7.511)	(9.013)
Total Passivo		**(75.423)**	**(6.008)**	**(7.511)**	**(9.013)**
Total		**(72.220)**	**(5.772)**	**(7.216)**	**(8.659)**

(*) As aplicações financeiras CDB e caução e depósitos vinculados têm uma remuneração média de 96,43% do CDI (a.a.). **27.3. Risco de liquidez:** O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. A Administração da Companhia somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional. Essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas. A companhia apresentou capital circulante negativo em 2024, e a estratégia para reverter esse saldo está descrito na nota 1.1. Os ativos financeiros mais expressivos são demonstrados nas rubricas Caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa nº 10). A Companhia, em 31 de dezembro de 2024, tem em Caixa um montante cuja disponibilidade é imediata. A tabela a seguir apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos passivos financeiros da Companhia. As informações na tabela abaixo incluem os fluxos de caixa de principal e juros.

	Valor contábil	Total	Até 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 a 5 anos	Acima de 5 anos
Empréstimos e financiamentos	75.423	75.423	4.321	8.642	12.963	49.497
Fornecedores	68.474	68.474	68.474	-	-	-
Partes relacionadas	16.215	16.215	16.215	-	-	-
Total	**160.112**	**160.112**	**89.010**	**8.642**	**12.963**	**49.497**

27.4. Risco de crédito: O risco de crédito compreende a possibilidade de a Companhia não realizar seus direitos. Essa descrição está diretamente relacionada às rubricas de "Caixa e equivalente de caixa". O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco de crédito na data de 31 de dezembro de 2024 é:

	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e equivalentes de caixa	2.434	402
Total	**2.434**	**402**

No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. A partir dessa estrutura, planejamentos são criados buscando o funcionamento do sistema sem interferências ou interrupções. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outras. Esse mecanismo agrega confiabilidade e controla a inadimplência entre participantes setoriais. Outra importante fonte de risco de crédito é associada às aplicações financeiras. A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base nas políticas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias de Portugal, são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos. As decisões sobre aplicações financeiras são orientadas por uma Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias de Portugal, que estabelece condições e limites de exposição a riscos de mercado avaliados por agências especializadas. A política determina níveis de concentração de aplicações em instituições financeiras de acordo com o rating do banco e o montante total das aplicações da Companhia, de forma a manter uma proporção equilibrada e menos sujeita a perdas. **27.5. Riscos regulatórios:** As atividades da Companhia são regulamentadas e fiscalizadas pela agência reguladora (ANEEL) e demais órgãos relacionados ao setor (MME, CCEE, ONS etc.). A Companhia tem o compromisso de estar em conformidade com todos os regulamentos expedidos, sendo assim, qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre sua atividade.

28. PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS TRIBUTÁRIOS E CÍVEIS

A Companhia está sujeita a processos judiciais e procedimentos administrativos no âmbito trabalhista, previdenciário, tributário, cível e ambiental. A Administração da Companhia, com base na opinião de seus assessores legais, não possui causas cujo desfecho desfavorável é avaliado como provável ou possível.

29. COMPROMISSOS CONTRATUAIS

29.1. Compromissos contratuais: Em 31 de dezembro de 2024, os compromissos de compras (que não estão registrados nas demonstrações financeiras), são apresentadas por maturidade de vencimento, como segue:

	< 1 ano	1 - 3 anos	3 - 5 anos	> 5 anos	Total
Obrigações de compras	3.385	1.311	-	-	4.696
Total	**3.385**	**1.311**	**-**	**-**	**4.696**

Os compromissos contratuais referidos no quadro acima refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da construção do parque eólico. As obrigações de compra incluem essencialmente os contratos de prestação de serviço e de compra de peças dos aerogeradores para manutenção do Parque, além dos contratos relativos ao fornecimento de produtos e serviços no âmbito da atividade operacional da Companhia. A Companhia assinou contrato de comercialização de energia no ambiente regulado com diversos distribuidores de energia. Tais contratos têm prazo de vigência de janeiro 2024 a dezembro 2038, conforme divulgado na nota explicativa nº 1.

29.2. Compromisso associado ao contrato de comercialização de energia no ambiente regulado: A Companhia assinou contratos de comercialização de energia no ambiente regulado com diversos distribuidores de energia. Tais contratos têm prazo de vigência de 1º de janeiro 2022 a 03 de fevereiro 2054, conforme divulgado na nota explicativa nº 1 item 1.1.

29.3. Garantias

Tipos de garantias oferecida	31/12/2024	31/12/2023
Seguro garantia e fianças (a)	9	60
Penhor Ações/Equipamentos (b)	76	-

Seguro garantia: seguro destinado aos órgãos públicos e às empresas privadas com o objetivo de garantir o fiel cumprimento das obrigações contratuais estipuladas pelas partes, conforme descrito na apólice. Nas empresas privadas, o seguro é usado em relações contratuais feitas com terceiros que desejam mitigar ou anular o risco de descumprimento com seus fornecedores, prestadores de serviços, entre outros. O Seguro garantia refere-se à Garantia para participação em Leilão. **a)** Penhor de Ações: conforme contrato de penhor dos direitos emergentes firmado entre o agente financiador e as controladas, neste caso beneficiárias, para assegurar o pagamento das obrigações assumidas nos contratos de empréstimos e financiamentos, foram dadas em garantia todas as ações representativas do capital social das controladas durante a vigência do contrato. A responsabilidade final das ações dadas como garantia em sua totalidade pertence à Companhia.

30. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia tem um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. Não é objeto de o trabalho dos nossos auditores independentes avaliar a suficiência dessas coberturas. As premissas